

Parente envolve Collor e Marcílio com 'anões'

■ Ex-secretário do Planejamento diz que Planalto autorizou acordo de mais de US\$ 1 bilhão que beneficiava os parlamentares

Gilberto Alves — 12/8/92

BRASÍLIA — O ex-secretário do Planejamento Pedro Parente afirmou ontem que, em 1991, foi autorizado pelo ex-presidente Fernando Collor e pelo ex-ministro da Economia Marcílio Marques Moreira a fechar acordo fraudulento com os *anões* da Comissão de Orçamento do Congresso. Pelo acordo, o governo federal se comprometeu a incluir mais de US\$ 1 bilhão em subvenções sociais e verbas de interesse dos parlamentares no projeto de lei orçamentária que foi enviado ao Congresso Nacional em agosto daquele ano. A quantia equivalia a 1,5% do Orçamento da União de 1992.

Parente, que hoje é técnico do FMI para assuntos relativos à extinta União Soviética, fez a revelação por telefone, de Was-

hington, ao deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-DF), coordenador da Subcomissão de Emendas da CPI do Orçamento. O telefonema foi gravado por Sigmaringa. Parente disse ainda que a iniciativa do acordo partiu da Comissão de Orçamento. Ele enviou um fax descrevendo como as verbas carimbadas — que têm destinação e liberação garantidas — acabaram incluídas no projeto orçamentário do governo.

“Não tenho mais dúvidas de que o Executivo está envolvido nas fraudes orçamentárias. Era a prova que faltava para confirmar o acordo entre Executivo e Legislativo” disse o relator da CPI do Orçamento, Roberto Magalhães (PFL-PE).

O telefonema a Pedro Parente teve co-

mo objetivo esclarecer as denúncias do ex-presidente da Comissão de Orçamento, senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO), que ontem, em depoimento no plenário da CPI, contou ter participado de um encontro na casa do deputado João Alves (sem partido-BA), no qual Parente teria feito a proposta de acordo.

Partilha — Sigmaringa também se baseou nas declarações do ex-assessor do Senado José Carlos Alves dos Santos, que em 1991 era diretor do Departamento de Orçamento da União/DOU). Em depoimento à CPI, José Carlos contou que o acordo foi selado na residência de João Alves, com a participação de Aragão e dos deputados Genebaldo Correia (PMDB-BA) e José Geraldo (PMDB-MG), quando

foi definido como dividiriam o dinheiro que caberia ao Executivo incluir na proposta orçamentária.

Pedro Parente contou a Sigmaringa que, em determinado momento, os quatro parlamentares se retiraram para uma sala fechada para fazer o acerto. Depois da partilha, as subvenções e dotações orçamentárias foram encaminhadas ao Departamento de Orçamento da União, onde José Carlos Alves dos Santos as incluiria na proposta orçamentária. Parente afirmou que antes de comparecer ao encontro na casa de Alves consultou o então ministro Marcílio Marques Moreira. Segundo Parente, Marcílio recebeu sinal verde do então presidente Fernando Collor.



Parente: a iniciativa partiu dos 'anões'